



DUPLA NACIONALIDADE PARA JOGADORES

Dupla cidadania

Um dos obstáculos dos jogadores brasileiros que desejam atuar no futebol europeu é justamente a **ausência de descendência europeia nas famílias**, o que impede o alcance da dupla cidadania. A maioria dos países do Velho Mundo estipula uma cota máxima de estrangeiros nos elencos dos clubes. Dependendo do **país são permitido apenas 5 vagas** para estrangeiros, também chamados de **extracomunitários** .

Se os mesmos jogadores naturalizarem por algum país dentro da União Europeia, eles deixarão de ser estrangeiros. **Jogadores comunitários não são considerados estrangeiros**. Jogadores que tem descendência europeia tem mais facilidade na transferência. É o chamando passaporte comunitário da União Europeia.

A legislação do país, facilita as transferências - Por exemplo : A legislação da Turquia é semelhante à da Alemanha, que permite **até cinco jogadores sem passaporte comunitário**. Na Itália existe a restrição quanto ao passaporte. **Na Espanha o limite é de três jogadores sem o documento**. Na Inglaterra só podem jogar atletas com **nível de seleção**. Então a Turquia, assim como times do leste europeu e mercados emergentes, como Japão e China, continuarão bem cotados.

Agora para jogar na Inglaterra, o mais importante não é ter dupla cidadania e sim conseguir o visto de trabalho para entrar na Inglaterra e ter tido uma boa participação na seleção.

Trago aqui umas boas dicas em relação a dupla nacionalidade para jogadores. Geralmente, isso é um problema principalmente quando você está treinando um time europeu e tem muitos jogadores estrangeiros no time, causando o problema de ineligibilidade de alguns desses jogadores, por serem estrangeiros.

Não há muito o que fazer em relação a isso, pois você não pode fazer um jogador ganhar dupla nacionalidade, mas há algumas dicas para essas situações:

Em alguns países da Europa, é muito mais fácil conseguir a naturalização de um jogador estrangeiro. Na Alemanha por exemplo, se você contrata um jogador brasileiro, em cerca de no máximo um mês, ele consegue a segunda nacionalidade! O mesmo acontece em Portugal por exemplo. Por isso, não se preocupe em contratar muitos estrangeiros!

Já em lugares como Inglaterra, Escócia e outros países britânicos, dificilmente você conseguirá dupla nacionalidade para um jogador. Até mesmo o visto de trabalho é difícil de conseguir nesses países. Por isso, é extremamente recomendado que evite a contratação de estrangeiros nesses países.

Em países como Espanha, Itália e Holanda por exemplo, você deve conseguir dupla nacionalidade para um jogador em 1 ou 2 anos. Às vezes, até menos do que isso. Por isso, vale a pena arriscar com estrangeiros um pouco mais, mas não exagere!!

Lembre-se que, se você estiver num time inglês por exemplo, que não consegue trazer jogadores brasileiros devido as dificuldades que o país trás, ainda pode contratar esses brasileiros que têm nacionalidade alemã ou portuguesa, sem muitos problemas! Então, o negócio é contratar jogadores que já tenham uma segunda nacionalidade européia.

Basicamente é isso. Não falo muito dos outros países porque não tenho muito conhecimento sobre as facilidades/dificuldades de se conseguir dupla nacionalidade neles

Saiba mais sobre dupla cidadania (20/05/2007)

Um dos obstáculos dos jogadores brasileiros que desejam atuar no futebol europeu é justamente a ausência de descendência européia nas famílias, o que impede o alcance da dupla cidadania. A maioria dos países do Velho Mundo estipula uma cota máxima de estrangeiros nos elencos dos clubes. Dependendo do **país são permitido apenas 5 vagas** para estrangeiros, também chamados de **extracomunitários**.

Se os mesmos jogadores naturalizarem por algum país dentro da União Européia, eles deixarão de ser estrangeiros.

Jogadores comunitários não são considerados estrangeiros.

Jogadores que tem descendência européia tem mais facilidade na transferência.

É o chamando passaporte comunitário da União Européia.

Quem possui o passaporte europeu é um privilegiado. Todos sabem que a cada ano que passa o pessoal da Europa dificulta a presença de estrangeiros. E o sonho de jogar na Europa está no fato de a visibilidade ser maior e fazer a independência financeira. Também conta o reconhecimento no mundo.

Se os mesmos jogadores naturalizarem por algum país dentro da União Européia, eles deixarão de ser estrangeiros. **Jogadores comunitários não são considerados estrangeiros.** Jogadores que tem descendência européia tem mais facilidade na transferência. É o chamando passaporte comunitário da União Européia.

A corrida pela dupla cidadania é um fenômeno relativamente recente no país. Até 1994, era preciso abrir mão da condição de brasileiro para adquirir a de estrangeiro, mas uma reforma constitucional derrubou a exigência. A maioria dos países europeus não confere a nacionalidade, necessariamente, a quem nasce no seu território. A transmissão se dá por critérios de hereditariedade (direito de sangue). A regra é comum a nações que viveram grandes fluxos de emigração e previam a volta dessas massas. Normalmente, a descendência, desde que comprovada, dá direito ao passaporte. Mas há várias exceções e cada caso precisa ser avaliado. Em geral, se o imigrante naturalizou-se brasileiro, ao chegar no país, as gerações que vieram depois não são reconhecidas como européias.

Portugal

Têm direito os filhos de pai ou mãe portuguesa. Mas, uma vez obtida a cidadania, eles podem transmiti-la, por atribuição, ao descendente imediato e assim por diante. Nesse caso, não há limite de gerações. Graças a uma revisão recente na lei, uma pessoa também pode pedir a nacionalidade se o pai ou mãe morreu sem ser reconhecido português, desde que a origem familiar seja comprovada por meio de certidões. Porém, a transferência não será mais possível.

Espanha

Têm direito os filhos de cidadãos nascidos na Espanha. Nesse caso, a solicitação pode ser feita a qualquer idade. Os filhos de pessoas que nasceram fora da Espanha, mas obtiveram a cidadania graças a pedidos feitos aos consulados, também podem requerer a nacionalidade, mas apenas até a maioridade. Para os netos, o processo é mais difícil. Eles devem morar por pelo menos um ano na Espanha, com visto de trabalho.

Itália

Trata-se da lei menos exigente. Todas as gerações podem pleitear a cidadania. Não é necessário que nenhum ascendente esteja vivo, desde que o parentesco com o imigrante seja comprovado documentalmente. Mas alguns detalhes devem ser observados. Os familiares de uma mulher italiana só têm direito se os filhos dela nasceram depois de 1948. Se algum filho foi gerado antes disso, os descendentes desse filho perdem o direito. No caso masculino, não há restrições.

Alemanha

A lei é parecida com a italiana. Também não há limite de gerações, desde que a descendência seja provada. Porém, devido às duas grandes guerras, muitos documentos foram destruídos na Alemanha e é mais difícil atestar a raiz familiar. Outro entrave é que os filhos de mulheres alemãs e, em consequência, seus descendentes, só passaram a ser reconhecidos cidadãos depois de 1975. Antes disso, a nacionalidade só era concedida da linha paterna. Entre 1890 e 1910, os alemães que chegavam no Brasil tinham que se registrar. Os familiares do imigrante que não o fez também ficaram sem direito ao passaporte.

Empresas lucram facilitando cidadania européia

☞ "Quero melhorar o meu inglês, encontrar um trabalho e, se possível, me matricular em uma faculdade. Se tudo der certo, vou ficando por lá" *Leonardo de Viana Grossi, estudante*

Para a classe média brasileira, uma caderneta retangular, de cor roxa, que mede 13x9cm, é a senha para um futuro de oportunidades no exterior. Com a dificuldade de permanência em países desenvolvidos, descendentes de imigrantes, que chegaram ao país nos séculos 19 e 20, apostam no passaporte da União Européia para ter chances de trabalho e estudo fora do Brasil. Pelo menos 18,2 mil mineiros pleiteiam a dupla cidadania nos consulados da Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, que formaram as maiores colônias de europeus no estado e têm as leis mais favoráveis à concessão do benefício. Para fugir da burocracia na emissão do documento, que pode se arrastar por até seis anos, há quem faça como os antepassados e embarque em viagens somente para agilizar o processo, muitas vezes auxiliados por empresas de pesquisa e escritórios de advocacia.

A corrida pelo passaporte é influenciada por fatores que vão do aumento do rigor para a concessão de vistos de permanência na Europa e nos Estados Unidos, depois dos atentados de 11 de setembro, à superexposição da cultura imigrante nas telenovelas. A

globalização da economia e a facilidade de acesso a informações facilitaram a integração entre os povos. Na maioria dos casos, os novos europeus são jovens que estão iniciando a vida profissional, não falam a língua dos ascendentes e estão de olho nas vantagens que o status de gringos vai lhes dar.

Além do direito de morar, trabalhar, estudar e desfrutar de benefícios sociais em qualquer país da União Européia, o passaporte roxo dispensa o visto de entrada nos Estados Unidos, paraíso do emigrante brasileiro. A terra do Tio Sam e a Inglaterra, por causa da oferta de emprego e a moeda forte, são os principais destinos de quem tem a “beterraba”, apelido dado ao documento nos aeroportos e meio diplomático.

O processo para obter nacionalidade estrangeira consiste em provar a descendência, apresentando, nos consulados, as certidões de nascimento, casamento e óbito do imigrante à pessoa que pleiteia o direito. Uma busca desanimadora, pois, em geral, é preciso resgatar documentos no exterior. Em alguns casos, em função da precariedade dos registros de entrada no país, não há qualquer pista da origem do ascendente europeu. Com os documentos, inicia-se nova jornada, que consiste em fazer traduções juramentadas, pedir à Justiça correções na grafia dos nomes e legalizar os papéis nas representações diplomáticas, responsáveis por enviá-los para análise no exterior.

Dos 18,2 mil pedidos em andamento em Minas, 15 mil se acumulam no consulado italiano de BH. Alguns foram apresentados em 2001. Nem o consulado, nem a embaixada, em Brasília, informaram o motivo da demora na análise dos papéis. No escritório alemão, a espera chega a dois anos. O processo português é dividido em etapas: cada uma leva de seis a 10 meses.

Na capital, a burocracia criou um mercado explorado por pelo menos cinco escritórios de advocacia, especializados na oferta de assessoria a quem busca a cidadania. As empresas têm correspondentes no exterior, que pesquisam a origem familiar, buscam documentos em localidades remotas e dão entrada em processos. São despachantes de luxo. Pagando-se de R\$ 800 a R\$ 1,5 mil, em média, toda a papelada é providenciada e apresentada nos consulados, mas é preciso aguardar a longa tramitação.

Rapidez

As empresas oferecem a chance de viajar para obter o documento com mais rapidez, no exterior. Somente um dos escritórios, em Santa Efigênia, Região Leste da capital, providenciará, este ano, o passaporte de 66 clientes na Itália. “Lá, o documento sai em três ou quatro meses, mas é preciso que a pessoa esteja presente”, explica o advogado Eduardo Chelotti, há seis anos no ramo, dizendo que a aventura não custa menos que R\$ 18 mil, R\$ 6 mil a título de honorários.

Em geral, o descendente parte para cidades como Bolonha, Módena, Turim e Mantova, nas quais o processo é mais ágil. A empresa indica uma imobiliária, para que ele alugue um apartamento, e dá entrada no pedido de reconhecimento da nacionalidade. Para ocupar o tempo do interessado – que, para provar que realmente vive na Itália, terá que aguardar uma inspeção das autoridades locais em casa – faz matrícula em curso de italiano e promove passeios turísticos.

O estudante de negócios internacionais Leonardo de Viana Grossi, de 19 anos, embarca

na aventura em julho e já faz vários planos para sua “beterraba”. “Quando estiver com ela na mão, vou para Londres. Quero melhorar o meu inglês, encontrar trabalho e me matricular em uma faculdade. Vou ficando por lá até mesmo depois de me formar”, comenta, acrescentando que, na sua área, a fluência em inglês é valorizada.

As empresas também prometem agilidade no processo português. Dona de uma rede de escritórios, com presença em sete capitais, a advogada Ana Paula Dias Marques diz que o descendente não precisa viajar. Todos os procedimentos são feitos por meio de procurações e podem levar a metade do tempo, porque os pedidos são diretamente apresentados aos órgãos competentes. “Os honorários para a naturalização de um neto de português custam cerca de R\$ 10 mil”, exemplifica, enumerando as vantagens: “O mundo está globalizado, mas o trânsito de pessoas entre países ainda não é livre. O passaporte dispensa o processo de imigração. Tenho clientes que venderam tudo para tentar a vida fora, alguns que foram em busca de um doutorado e outros que só querem assegurar um direito para filhos pequenos”.

NILSON RIBEIRO

Consultor Esportivo, Professor e Palestrante

consultor@mastersports.com.br

www.mastersports.com.br

Tel: +55 (31) 3224 – 9155

Cel: +55 (31) 9171 - 4038

Rua dos Guajajaras, 329 / 1001 – Bloco A - Centro.

CEP: 30.180-100 - BELO HORIZONTE/ MG - B R A S I L